EUROPEAN WOMEN'S LOBBY
EUROPEEN DES FEMMES

Uma Europa Feminista em Ação



Quadro Estratégico 2027–2031

Financiado pela União Europeia

Agradecimentos

Agradecemos a todas as coordenações nacionais do Lobby Europeu das Mulheres, aos órgãos de governação e ao Secretariado que contribuíram para a elaboração deste Quadro Estratégico.

Com o apoio e a coordenação de:
Presidente: Dina Loghin
Secretária-Geral: Mary Collins



Este relatório foi financiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia. O conteúdo deste relatório é da exclusiva responsabilidade do Lobby Europeu das Mulheres (LEM) e não reflete necessariamente a opinião da União Europeia.

Aviso legal: Esta é uma tradução do Quadro Estratégico 2027–2031 oficial do LEM; as línguas oficiais são o inglês e o francês e podem ser consultadas aqui. Esta tradução é realizada pelos membros do LEM nas respetivas línguas, para a tornar acessível a um público vasto em toda a Europa. O Quadro Estratégico do LEM (línguas oficiais) foi adotado pela Assembleia Geral em junho de 2026.

Lobby Europeu das Mulheres
Rue Hydraulique 18
1210 Bruxelas - Bélgica
www.womenlobby.org

0 Índice

1 Prefácio 4

2 Sobre a consulta 6

3 A nossa organização 7

4 O contexto em que operamos 9

5 Como estruturamos o nosso trabalho 12

6 Missão 2027 - 2031 14

7 Visão 14

8 Valores 14

9 Príncipios de funcionamento 15

10 Teoria da mudança 15

11 Objetivos externos 16

12 Objetivos internos 21

Anexo 1: Abordagem do quadro estratégico 23

1 Prefácio

É com grande satisfação que apresentamos o Quadro Estratégico do Lobby Europeu das Mulheres para 2027–2031.

O Lobby Europeu das Mulheres (LEM) é a maior organização de cúpula de associações de mulheres na Europa, reunindo, através de coordenações nacionais e de membros de âmbito europeu, mais de 2.000 organizações em 33 países, incluindo Estados-Membros da UE e regiões vizinhas. Desde a sua criação, em 1990, o LEM tem desempenhado um papel fundamental na definição das políticas relativas aos direitos das mulheres e à igualdade entre mulheres e homens ao nível europeu.

Num contexto marcado por uma crescente reação contra os direitos das mulheres, pela instabilidade geopolítica e pelo aumento das desigualdades, o LEM trabalha para promover uma Europa feminista assente na igualdade, na democracia e nos direitos humanos. A sua abordagem baseia-se numa sólida análise feminista, na interseccionalidade e nas experiências vividas por mulheres e raparigas em toda a Europa.

A nossa estratégia anterior, *Mulheres a Mudar a Europa: Construir uma Visão Feminista para o Futuro da Europa 2022–2026*, foi desenvolvida durante a pandemia de COVID-19 - um período de profunda incerteza e perturbação em toda a Europa. Embora tenhamos ultrapassado a crise imediata, o seu impacto continua a moldar as nossas sociedades. Simultaneamente, surgiram novos desafios, recordando-nos de que o progresso nos direitos das mulheres nunca pode ser dado como garantido.

O mundo à nossa volta está a mudar rapidamente, e o nosso movimento tem de evoluir com ele. Por conseguinte, este quadro estratégico - em comparação com o anterior - dá muito maior ênfase à forma como trabalhamos enquanto organização. Isto significa sermos francas quanto ao que funciona, suficientemente corajosas para mudar o que não funciona e determinadas a reforçar as estruturas que permitem à nossa rede prosperar.

Esta estratégia é o resultado de muitos meses de reflexão e colaboração. Agradecemos calorosamente aos membros do nosso Comité Executivo e do Conselho de Administração, às nossas organizações-membros, às nossas trabalhadoras e às nossas organizações parceiras externas, que generosamente contribuíram com o seu tempo, conhecimentos especializados e empenho para este processo. Estes contributos e esta dedicação ajudaram a definir não só as prioridades estabelecidas, mas também a forma como nos organizamos para as concretizar.

Este quadro estratégico apresenta quem somos e o contexto em que trabalhamos. Define a nossa missão, visão e valores para 2027-2031 e explica a nossa Teoria da Mudança. Descreve as nossas prioridades de intervenção externa e de influência nos processos de decisão, a par do desenvolvimento interno necessário para sustentar e reforçar a organização. Por fim, estabelece um quadro claro para a execução, definindo objetivos, métodos e formas de medir os progressos.

O trabalho que temos pela frente é considerável. Mas também o são a força da nossa rede e o empenho de quem integra o Lobby Europeu das Mulheres. Com esta estratégia, avançamos com clareza, determinação e esperança.

Dina Loghin
Presidente, Lobby Europeu das Mulheres



Dina Loghin, Presidente, Lobby Europeu das Mulheres

.

2 Sobre a consulta

A nossa consulta para este quadro estratégico começou com um evento de um dia em Budapeste, que reuniu cerca de 100 membros do LEM e membros do Conselho de Administração. A sessão permitiu identificar prioridades comuns, revelar os principais desafios enfrentados pela organização e pelos seus membros e recolher ideias iniciais para o próximo período estratégico. Para complementar este debate, foi distribuído um inquérito em linha aos membros da rede do LEM. Foram recebidas 47 respostas, incluindo 42 membros e representantes do Conselho de Administração e 5 trabalhadoras.
Foi realizado um conjunto de entrevistas em profundidade para explorar mais detalhadamente os temas principais. Estas incluíram entrevistas com organizações-membros do LEM, com o pessoal do LEM, com membros do Comité Executivo e com entidades parceiras e financiadores externos.

Ao longo de todo o processo, um grupo estratégico central orientou o desenvolvimento do quadro. Este grupo incluiu pessoal do LEM, incluindo a Secretária-Geral, membros do Comité Executivo, como a Presidente e a Tesoureira, e representantes dos membros.
Em etapas fundamentais do processo, foram partilhados com o Comité Executivo, o Conselho de Administração e os membros resumos de alto nível e projetos de orientação. Os contributos destes debates foram sistematicamente incorporados na estratégia, assegurando que o quadro final reflete os conhecimentos coletivos da rede do LEM.

Este trabalho foi realizado por Katherine Diggory e Alice Krisztina Pop, duas profissionais feministas experientes, com vastos conhecimentos especializados em planeamento estratégico, desenvolvimento organizacional, consultoria e facilitação inclusiva em contextos europeus, nacionais e locais.

A sua experiência conjunta abrange a Europa Ocidental e Oriental. Katherine Diggory, cidadã do Reino Unido residente na Alemanha, trabalha em toda a Europa Ocidental como consultora de estratégia, apoiando ONGs. Alice Krisztina Pop, cidadã romena e húngara, trabalhou durante mais de 20 anos no National Democratic Institute, centrando-se no desenvolvimento da sociedade civil e na participação política na Roménia e em toda a Europa Central e Oriental.

3 A nossa organização

Somos o Lobby Europeu das Mulheres (LEM), a maior organização de cúpula de mulheres na Europa. Criada em 1990, a nossa organização nasceu para reunir as vozes das mulheres de todo o continente e assegurar que a igualdade entre mulheres e homens ocupa um lugar central no trabalho da União Europeia. Hoje, ligamos organizações nacionais e europeias de todos os Estados-Membros da UE, bem como de países candidatos e vizinhos, formando um movimento feminista diverso e dinâmico.

Enquanto voz coletiva e independente, trabalhamos para promover os direitos das mulheres e alcançar uma igualdade substantiva em todos os domínios da vida. A nossa rede reúne organizações enraizadas nas realidades locais, nos contextos nacionais e nos espaços europeus de incidência política. Isto permite-nos combinar conhecimentos especializados com experiência vivida e práticas comprovadamente bem-sucedidas, assegurando que o nosso trabalho permanece simultaneamente fundamentado e eficaz.

O nosso empenho é incansável e contínuo. Trabalhamos ao longo de mandatos políticos em mudança e de contextos em evolução para assegurar que a igualdade continue a ser uma prioridade na política europeia e na vida pública, reunindo intervenientes, criando parcerias e reforçando as perspetivas feministas na tomada de decisões. Abordamos as causas estruturais da desigualdade defendendo a justiça económica, trabalhando para eliminar a violência contra as mulheres e raparigas e promovendo a paridade na vida política e pública. Apoiamos abordagens que colocam os cuidados, o bem-estar e a igualdade no centro de sociedades sustentáveis e democráticas.



Os progressos alcançados reforçam tanto a pertinência como o impacto do nosso trabalho, sublinhando simultaneamente a necessidade de ação continuada. Com base nestes progressos, mantemos o compromisso de reforçar e alargar o nosso trabalho, apoiando as mulheres e raparigas em toda a Europa, em toda a sua diversidade.

A inclusão e a diversidade são centrais na nossa abordagem. Reconhecemos que as experiências das mulheres são moldadas por fatores múltiplos e interligados e procuramos refletir essas realidades nas nossas prioridades e ações. Consideramos a diversidade uma fonte de força e inovação e trabalhamos por uma Europa onde todas as mulheres e raparigas possam participar plenamente, contribuir e beneficiar da vida social, económica e política.

Olhando para o futuro, mantemos o compromisso de promover uma Europa feminista, onde a igualdade entre mulheres e homens seja concretizada na prática, os direitos fundamentais sejam respeitados e os sistemas democráticos sejam reforçados através de uma participação inclusiva. O nosso papel é continuar a apoiar esta transformação de forma coerente, colaborativa e orientada para o futuro.

[2] Rule of law in the EU
[3] Civic Space Update: Enabling civil society to uphold EU values and strengthen democracy
[4] Council of Europe adopts Recommendation on countering the use of SLAPPs
[5] Facts and figures: Women, peace, and security | UN Women
[6] Progress on the Sustainable Development Goals - The gender snapshot 2025 | UN Women

4 O contexto em que operamos

Operamos num contexto marcado tanto por progressos importantes como por desafios crescentes para a igualdade entre mulheres e homens. Os últimos anos demonstraram o impacto da influência política continuada e da ação coletiva: avanços ao nível da União Europeia, incluindo a adesão à Convenção de Istambul e a adoção de nova legislação sobre a violência contra as mulheres, a par de reformas nacionais contínuas e da mobilização das organizações de mulheres. Simultaneamente, iniciativas como My Voice, My Choice evidenciam a força da procura pública pelos direitos das mulheres. Em conjunto, estes desenvolvimentos representam passos importantes no reforço da proteção e da responsabilização em toda a Europa.

Ao mesmo tempo, a reação política e as tentativas de fazer recuar compromissos em alguns países sublinham a fragilidade destas conquistas. As organizações da sociedade civil que trabalham na igualdade entre mulheres e homens e nos direitos das mulheres enfrentam também uma pressão crescente, com o financiamento do trabalho de defesa dos direitos e de influência nas políticas públicas a tornar-se mais limitado e competitivo, enquanto a mudança das prioridades políticas ameaça reduzir a atenção dada à igualdade. Em conjunto, estas dinâmicas evidenciam tanto os progressos alcançados como a necessidade contínua de um compromisso sustentado para proteger e promover os direitos das mulheres.

Uma paisagem democrática em transformação

Vivemos e operamos num contexto marcado por uma complexidade e incerteza crescentes. O progresso rumo à igualdade não está garantido e, em alguns domínios, é contestado e atacado. Em toda a Europa, as tendências antidemocráticas ganham terreno, com uma pressão crescente sobre os direitos fundamentais, a igualdade e o Estado de Direito. Estes desenvolvimentos são frequentemente acompanhados por narrativas que questionam a igualdade entre mulheres e homens e procuram inverter os compromissos existentes.

Desafios crescentes aos direitos das mulheres e ao espaço cívico

Os direitos das mulheres são cada vez mais objeto de contestação política e pública. Em certos contextos, são tratados como secundários ou condicionais, em vez de parte integrante das sociedades democráticas. Ao mesmo tempo, o espaço cívico está a diminuir e os instrumentos jurídicos abusivos estão a aumentar em partes da Europa, afetando a capacidade das organizações da sociedade civil, em especial das organizações feministas, para operarem eficazmente, defenderem direitos e influenciarem as políticas públicas e os processos de decisão.

EWL'S Recommendations to the European Commission on the EU Civil Society Strategy

Conflitos, militarização e exclusão da tomada de decisões

Os conflitos em curso e a instabilidade geopolítica continuam a moldar o panorama europeu e mundial. Para além do impacto humano imediato, estas dinâmicas reforçam frequentemente estruturas de poder desiguais e limitam uma governação inclusiva. As mulheres continuam sub-representadas nos processos de decisão relacionados com a paz, a segurança e a recuperação, apesar do seu papel essencial na construção de soluções sustentáveis e duradouras.

Desigualdade económica e justiça social

As desigualdades económicas continuam a constituir um obstáculo significativo à igualdade. As mulheres continuam sobrerrepresentadas no trabalho mal remunerado e precário e assumem uma parte desproporcionada das responsabilidades de cuidados não remunerados. O aumento do custo de vida e as lacunas nos sistemas de proteção social agravam ainda mais estes desafios. Combater estas desigualdades estruturais é essencial não só para o bem-estar individual, mas também para a coesão social e a resiliência económica.

Transformação tecnológica e riscos emergentes

Os rápidos desenvolvimentos tecnológicos, incluindo a inteligência artificial, estão a transformar as economias e as sociedades. Embora tragam oportunidades, também comportam riscos de reforço das desigualdades existentes. As mulheres são afetadas de forma desproporcionada pelas perturbações no mercado de trabalho e estão mais expostas a formas de trabalho inseguras ou desvalorizadas. Em paralelo, os espaços digitais podem amplificar a discriminação e a violência contra mulheres e raparigas, nomeadamente através do assédio em linha e de sistemas enviesados com base no sexo. É, por isso, essencial assegurar que as transições tecnológicas sejam inclusivas e baseadas nos direitos.

Aumento da violência contra as mulheres e raparigas

A violência contra as mulheres e raparigas persiste em todas as sociedades europeias, sob formas físicas e digitais. Os dados mostram que a maioria das vítimas de violação são mulheres, enquanto os agressores são esmagadoramente homens, e que cerca de uma em cada dez mulheres na UE sofreu violência sexual desde os 15 anos. Estes números subestimam, porém, a realidade, pois a violência sexual é muito pouco denunciada devido ao estigma, ao medo e à baixa confiança nos sistemas de justiça.

---

[7] The effects of AI on the working lives of women | UNESCO

[8] Previously agreed EWL positions include: **Prostitution and Trafficking**, (first) motion adopted by the GA in June 1998
Make it a crime to buy women in prostitution and develop strong policies against pimping, Motion adopted by the GA in September 2001
Zero-tolerance regarding all forms of prostitution – including "services" for disabled persons, Motion adopted by the GA in October 2005

[9] EWL Observatory Analysis of definitions of rape in the EU - The added value the EU Directive on VAW | European Women's Lobby

[10] Progress on the Sustainable Development Goals - The gender snapshot 2025 | UN Women

As sobreviventes enfrentam frequentemente obstáculos significativos à denúncia e à obtenção de justiça, e muitos casos nunca chegam a tribunal nem resultam em condenação. Isto reflete padrões mais amplos de desigualdade e atitudes enraizadas que continuam a normalizar a violência sexual e a limitar a proteção efetiva das mulheres e raparigas.

As conclusões do Observatório do Lobby Europeu das Mulheres sobre a Violência contra as Mulheres continuam a evidenciar lacunas importantes na aplicação, nos serviços de apoio e nas respostas institucionais em toda a Europa, bem como preocupações crescentes relacionadas com o assédio em linha, os abusos facilitados pela tecnologia e o discurso de ódio sexista e misógino.

Crise climática e impactos diferenciados em função do sexo

A crise climática é um desafio urgente e sistémico com impactos diferenciados. As mulheres e raparigas são frequentemente afetadas de forma desproporcionada pela degradação ambiental e pelos riscos relacionados com o clima, sobretudo quando estes se combinam com outras formas de desvantagem. Ao mesmo tempo, a sua participação na tomada de decisões climáticas continua limitada. Uma transição justa exige a integração da igualdade, da inclusão e da participação nas políticas e respostas climáticas.

Um apelo à ação sustentada e coordenada

Neste contexto, é essencial uma ação sustentada e coordenada. É claramente necessário reforçar os compromissos com a igualdade entre mulheres e homens, fortalecer alianças e apoiar as organizações intervenientes da sociedade civil. O LEM desempenha um papel central, coordenando coligações nacionais e ONG pan-europeias, cujos modos de ação diferentes mas complementares permitem impacto a nível local e europeu. Com base nisso, o nosso papel é promover uma abordagem coerente, inclusiva e baseada nos direitos à igualdade em toda a Europa.



[11] Climate Finance Shadow Report 2025 | OXFAM

5 Como estruturamos o nosso trabalho

Organizamos o nosso trabalho enquanto rede democrática, participativa e colaborativa, orientada pela transparência, cooperação e responsabilidade partilhada. As nossas estruturas destinam-se não só a assegurar uma governação eficaz, mas também a permitir a participação significativa dos membros e a refletir o nosso compromisso com a apropriação coletiva e a responsabilização.

A nossa forma de trabalhar exprime os nossos valores. Permite-nos permanecer abertas, inclusivas e reativas, reforçando simultaneamente a nossa capacidade coletiva de influenciar políticas, moldar o debate público e promover a igualdade em toda a Europa.

Os nossos membros estão no centro da nossa governação. Através da Assembleia Geral, definem as prioridades e a orientação estratégica, assegurando que o nosso trabalho reflete as diversas realidades das mulheres em toda a Europa. O Conselho de Administração e o Comité Executivo proporcionam continuidade e orientação estratégica entre Assembleias Gerais, apoiando uma execução coerente e alinhada com a nossa missão.

Um pilar central da nossa forma de trabalhar é o sistema de estruturas de trabalho. Estas incluem grupos de trabalho, o nosso observatório da violência contra as mulheres e raparigas e grupos de missão ad hoc que reúnem membros em torno de prioridades fundamentais. Funcionam como espaços dinâmicos de colaboração, onde se partilham e combinam conhecimentos, experiências e perspetivas. Nestas estruturas, os membros contribuem para definir posições políticas, desenvolver estratégias de influência nas políticas públicas e promover iniciativas concretas. São essenciais para manter o nosso trabalho informado, pertinente e capaz de responder a desafios emergentes.

Estas estruturas de trabalho - criadas pelo Conselho de Administração para apoiar a concretização dos objetivos estratégicos do LEM - centram-se em áreas temáticas fundamentais, como a transformação económica feminista, a participação política das mulheres, a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e o combate à violência contra as mulheres e raparigas, criando também espaço para abordar prioridades regionais e questões em evolução. Permitem ligar conhecimentos entre países e setores, reforçar a análise coletiva e criar abordagens comuns a desafios partilhados.

Os nossos grupos de trabalho, o observatório da violência contra as mulheres e raparigas e os mecanismos de grupos de missão proporcionam conhecimentos mais aprofundados e monitorização contínua em domínios específicos, sobretudo na violência contra as mulheres. Ao reunirem conhecimentos especializados de toda a Europa, estas estruturas reforçam a intervenção junto das instituições e das decisoras e decisores de política, com base em dados e evidência, e a nossa capacidade de responder a questões de longo prazo e a desenvolvimentos emergentes.

Em paralelo, os nossos subcomités e órgãos consultivos apoiam o funcionamento interno e a sustentabilidade da organização. Contribuem em áreas como a adesão, a governação, a supervisão financeira e a inclusão.

O nosso Secretariado, sediado em Bruxelas, apoia a coordenação e a execução do nosso trabalho. Trabalha em estreita colaboração com os membros e os órgãos de governação para facilitar a colaboração, assegurar a continuidade e traduzir as prioridades coletivas em ações concretas a nível europeu.

Em todas estas estruturas, damos grande ênfase à amplificação das vozes das mulheres que representamos. Os nossos processos são concebidos para serem participativos e inclusivos, criando espaço para o diálogo, a cocriação e a aprendizagem partilhada. Assim, asseguramos que a nossa incidência assenta na experiência vivida e reflete a diversidade dos membros.

Estamos igualmente empenhadas em apoiar a próxima geração de liderança feminista. Através de iniciativas como a AGORA, o nosso Campo de Verão de Jovens Feministas, criamos oportunidades para as jovens mulheres estabelecerem ligações, desenvolverem competências e contribuírem ativamente para definir a nossa agenda. Estes intercâmbios intergeracionais são essenciais para sustentar e renovar o movimento feminista em toda a Europa.



6 Missão 2027 - 2031

> **“Defendemos os direitos das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios da vida, em toda a Europa.[12]”**

7 Visão

Uma Europa feminista onde a igualdade entre mulheres e homens seja uma realidade vivida.[13] Até 2031, todas as mulheres e raparigas terão direitos iguais e participação igual no poder e na tomada de decisões a todos os níveis da sociedade. Livres de opressão, exploração, sexismo e violência, beneficiarão de plena autonomia e verdadeira liberdade de escolha.

8 Valores

- **Feminismo**
- **Igualdade**
- **Solidariedade**
- **Diversidade & inclusão**
- **Interseccionalidade**
- **Integridade**
- **Dignidade**
- **Justiça**

[12] This 5-year mission builds on the EWL’s existing mission
[13] Terminology used in alignment with the Istanbul Convention

9 Princípios de funcionamento

- Respeito
- Flexibilidade
- Resiliência
- Orientação pela missão

10 Teoria da Mudança

Acreditamos que a mudança para as mulheres e raparigas acontece quando o LEM é uma voz europeia forte, unida e influente, que molda as políticas e a legislação, e quando os membros nacionais estão capacitados para defender os direitos das mulheres e influenciar os processos de decisão nos respetivos países.

Para o conseguir, o LEM alia a influência sobre as políticas europeias a uma incidência nacional coordenada, dotando os membros da análise, das alianças e da visibilidade necessárias para combater a reação organizada e impulsionar reformas estruturais. Ao longo do tempo, esta abordagem promove mudanças sistémicas duradouras e uma ação transformadora e coletiva, garantindo a igualdade das mulheres e raparigas em todas as esferas da sociedade.



11 Objetivos externos

Para concretizar a nossa missão e visão, concentraremos os nossos esforços nos seguintes pilares estratégicos.

1. Defender uma Europa livre da violência masculina contra as mulheres e raparigas

1. Assegurar que a Diretiva da UE relativa à violência contra as mulheres e a violência doméstica (Diretiva (UE) 2024/1385) seja efetivamente transposta e aplicada de forma harmonizada em todos os Estados-Membros, para que os compromissos europeus se traduzam numa proteção real das mulheres, incluindo o fim da impunidade.

2. Defender definições de violação baseadas no consentimento em todos os Estados europeus.

3. Lutar por uma indemnização justa e pelo acesso à justiça para as mulheres vítimas de violência masculina e discriminação, para que as sobreviventes obtenham reconhecimento e reparação.

4. Reforçar os pontos de contacto e as estruturas de apoio às mulheres que enfrentam violência, assegurando serviços acessíveis e eficazes em toda a Europa.

5. Defender o reconhecimento do femicídio como crime baseado no sexo na legislação nacional, tornando visível e juridicamente reconhecida a natureza destes homicídios.

6. Instar todos os Estados europeus a ratificar, voltar a aderir e aplicar plenamente a Convenção de Istambul, tornando as suas proteções juridicamente vinculativas e eficazes em toda a Europa.

7. Prevenir a violência contra mulheres e raparigas durante exames médicos e nos cuidados relacionados com mulheres e raparigas afetadas pela MGF, gravidez e parto, menopausa e pós-menopausa.

2. Trabalhar por uma Europa assente na paridade entre mulheres e homens

1. Promover a paridade como um imperativo democrático, reconhecendo a representação igual de mulheres e homens como princípio fundamental da democracia e requisito para uma tomada de decisão inclusiva em todos os países europeus.

2. Defender a paridade 50/50 na representação política e na liderança, incluindo nos parlamentos, governos, instituições da UE e órgãos de decisão do setor privado.

3. Defender o reconhecimento da paridade inclusiva como princípio democrático constitucional ou juridicamente vinculativo nos quadros jurídicos nacionais, integrando a igualdade nos fundamentos da governação democrática.

4. Apoiar a adoção de medidas de paridade, como quotas relativas ao sexo sub-representado, leis de paridade e procedimentos de seleção transparentes, para assegurar às mulheres igual acesso a cargos políticos, funções de liderança e posições de influência.

5. Defender que as mulheres participem em pé de igualdade na definição dos orçamentos, políticas e prioridades de financiamento da UE, em particular o Quadro Financeiro Plurianual da UE, nomeadamente através da orçamentação sensível ao género e da participação significativa das organizações de mulheres na conceção e execução das políticas.

6. Reforçar a responsabilização pela igualdade entre mulheres e homens na tomada de decisões, através da monitorização, recolha de dados e divulgação pública da representação das mulheres na liderança política, económica e institucional.

3. Assegurar uma Europa de economia feminista, capaz de romper os ciclos de feminização da pobreza.

1. Eliminar as disparidades salariais, de pensões e de riqueza entre mulheres e homens, assegurando uma remuneração justa ao longo da carreira e na reforma e igual acesso a ativos económicos e segurança financeira.

2. Aplicar efetivamente a igualdade salarial, através de mecanismos de conformidade mais sólidos, transparência salarial, sanções por incumprimento e apoio às trabalhadoras que reivindicam os seus direitos.

Integrar a orçamentação sensível ao género nos quadros económicos, de recuperação e climáticos da UE, para que a despesa e o investimento públicos respondam explicitamente às necessidades económicas das mulheres ao nível da UE e dos Estados-Membros.

4. Promover um Pacto para os Cuidados na Europa que reforce serviços de cuidados acessíveis e de elevada qualidade e políticas de articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal, promovendo simultaneamente o modelo de igualdade entre quem aufere rendimentos e quem presta cuidados.

5. Defender a proteção social e direitos de pensão adequados para as mulheres em trabalho precário, a tempo parcial e relacionado com cuidados, incluindo garantias de rendimento mínimo, apoio no desemprego e reconhecimento dos cuidados não remunerados nos regimes de pensões.

6. Promover a igualdade de acesso ao empreendedorismo, à contratação pública e às oportunidades de inovação, incluindo financiamento inicial e capital de risco para empresas emergentes lideradas por mulheres, e medidas específicas para aumentar a participação das mulheres nas áreas STEM e nos setores de elevado crescimento.

7. Combater os impactos da digitalização e da automatização nas mulheres e raparigas, prevenindo novas formas de exclusão económica e deslocação profissional através da requalificação e reforçando a liderança das mulheres na definição de transições laborais justas.

4. Trabalhar por uma Europa onde a saúde das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos não sejam negociáveis.

1. Assegurar que o aborto seja legal, gratuito, seguro e efetivamente acessível em toda a Europa, eliminando os obstáculos jurídicos, financeiros e processuais ao exercício dos direitos reprodutivos. Integrar esta proteção nas Constituições nacionais e na Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

2. Garantir o acesso gratuito à contraceção para todas as mulheres e raparigas, juntamente com uma educação abrangente em saúde sexual e reprodutiva.

3. Adotar uma abordagem à saúde das mulheres baseada no ciclo de vida, respondendo às necessidades específicas das raparigas, mulheres adultas e mulheres mais velhas e assegurando serviços adequados em todas as fases da vida.

4. Proporcionar cuidados de saúde acessíveis às mulheres mais marginalizadas, como as mulheres Romani ou Roma, migrantes, refugiadas, mulheres com deficiência e mulheres de zonas rurais ou com serviços insuficientes.

5. Defender o consentimento livre e informado como princípio não negociável em todas as decisões de saúde, salvaguardando a autonomia das mulheres sobre o seu corpo.

6. Trabalhar para eliminar todas as formas de exploração sexual.[14]

7. Eliminar o aborto forçado, a esterilização, o casamento infantil e a mutilação genital feminina, responsabilizando os Estados pela prevenção de todas as formas de coerção e violência baseadas no sexo nos cuidados de saúde e no direito da família. Exigir o financiamento da reconstrução genital das sobreviventes.

8. Promover sistemas de saúde sensíveis às diferenças entre os sexos, incluindo investigação, recolha de dados e conceção de políticas que reconheçam as diferenças de sexo e género e melhorem os resultados, os serviços especializados e os tratamentos médicos destinados às mulheres.

5. Defender a criação de espaços digitais seguros para as mulheres

1. Eliminar a violência, o assédio e a exploração em linha, incluindo a pornografia, a ciberviolência dirigida, a perseguição e os abusos sexualizados, através de mecanismos sólidos de denúncia e aplicação de sanções aos agressores.

2. Responsabilizar as plataformas digitais pelo assédio, pela ciberviolência, pelo discurso de ódio sexista e misógino e pela desinformação.

3. Combater o enviesamento algorítmico e a discriminação impulsionada pela IA, assegurando que os sistemas e tecnologias digitais não reforçam as desigualdades.

[14] Previously agreed EWL positions include: **Prostitution and Trafficking**, (first) motion adopted by the GA in June 1998

Make it a crime to buy women in prostitution and develop strong policies against pimping, Motion adopted by the GA in September 2001

Zero-tolerance regarding all forms of prostitution – including "services" for disabled persons, Motion adopted by the GA in October 2005

4. Promover a participação feminista na governação digital e da inteligência artificial, para que as perspetivas das mulheres moldem a conceção, aplicação e regulamentação das tecnologias emergentes.

5. Aumentar a participação das mulheres e raparigas na liderança tecnológica, na inovação e na tomada de decisões, incluindo programas de mentoria e formação específicas e acesso à educação STEM e a oportunidades de empreendedorismo.

6. Trabalhar por uma Europa que coloque as mulheres no centro da paz e da segurança

1. Assegurar uma representação de 50% de mulheres nas negociações de paz e segurança, estabelecendo metas vinculativas para a sua participação nos processos de paz, manutenção da paz e consolidação da paz apoiados pela UE, em conformidade com a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e a agenda Mulheres, Paz e Segurança.

2. Integrar estes investimentos no Quadro Financeiro Plurianual da UE para 2028–2034, associando o financiamento e os recursos a progressos mensuráveis na participação das mulheres nos esforços de paz e segurança humana.

3. Introduzir painéis de avaliação públicos para acompanhar a inclusão das mulheres nas negociações de paz e nos esforços de mediação, criando transparência, responsabilização e incentivos para que as instituições da UE e os Estados-Membros cumpram os objetivos de igualdade.

7. Reforçar o multilateralismo e as parcerias internacionais

1. Continuar a investir a nível internacional, em particular nas Nações Unidas e na ONU Mulheres, para assegurar que o multilateralismo continue a ser uma prioridade central, defendendo os direitos das mulheres e os mecanismos institucionais internacionais contra a reação adversa.

12 Objetivos internos

Para concretizarmos os nossos objetivos, temos de assegurar estruturas internas, recursos e formas de trabalho que nos permitam operar eficazmente e continuar a responder às necessidades dos membros.

8. Construir um ecossistema mais articulado

1. Reforçar a comunicação entre o ExCo, o Conselho de Administração e os membros, dando visibilidade à liderança e orientando a influência nas políticas públicas e a interação com os membros.

2. Introduzir ferramentas de comunicação modernas e eficazes que protejam a segurança dos dados, promovam a colaboração interna e cheguem às partes interessadas onde estas se encontram.

3. Estabelecer mecanismos mais claros de comunicação e diálogo entre a liderança e os membros, para assegurar que as prioridades, ideias e preocupações são ouvidas e dão origem a ações.

4. Mapear sistematicamente os conhecimentos especializados dos membros e integrá-los nos grupos de trabalho e no planeamento das estratégias de influência nas políticas públicas.

5. Continuar a reforçar medidas regulares para avaliar a satisfação dos membros e identificar oportunidades de melhoria.

9. Explorar a renovação da governação e das estruturas internas

1. Simplificar a governação, reforçando o ExCo com representação adicional dos membros para criar uma tomada de decisões mais ágil e aumentar a comunicação entre as reuniões anuais.

2. Considerar a remuneração dos membros do ExCo para profissionalizar as expectativas e permitir a participação ativa de um leque mais alargado de membros.

3. Definir mecanismos claros de renovação dos grupos de trabalho e aumentar o seu contributo para o trabalho do LEM.

4. Dar prioridade ao bem-estar do pessoal e aplicar medidas para reduzir a rotatividade, assegurando a continuidade e a retenção do conhecimento institucional.

5. Além dos estatutos e regulamentos internos do LEM, desenvolver um manual operacional interno para promover a transparência da tomada de decisões e estabelecer procedimentos justos, transparentes e claros.

10. Integrar a diversidade e a interseccionalidade

1. Promover a participação de pessoas com diferentes percursos e experiências, valorizando a diversidade e reconhecendo a forma como diferentes dimensões da identidade se cruzam, com o apoio do Comité EDI/Bem-Estar.

2. Dar formação ao pessoal e ao ExCo sobre interseccionalidade, liderança feminista inclusiva e aplicação dos princípios da diversidade.

3. Integrar sistematicamente a diversidade e a interseccionalidade na governação, na tomada de decisões e na conceção de programas, refletindo o compromisso do LEM com a inclusão.

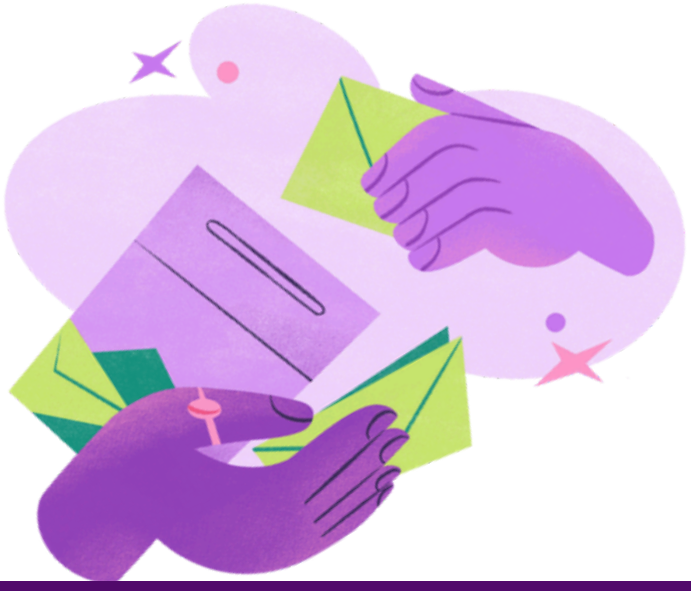
4. Definir diversidade e interseccionalidade, assegurando que todas as políticas abordam os grupos de mulheres na sua diversidade.

11. Proporcionar um quadro financeiro mais sólido

1. Desenvolver uma estratégia financeira sólida e orientada para o futuro para assegurar a sustentabilidade da organização, incluindo oportunidades de reatribuição de subvenções aos membros.

2. Continuar a aumentar a transparência financeira para manter a confiança dos membros e das partes interessadas.

3. Reforçar o financiamento através da diversificação das suas fontes.



Anexo 1: Abordagem do Quadro Lógico

Objetivos externos

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 1: Defender uma Europa livre da violência masculina contra as mulheres e raparigas	1.1 Assegurar a transposição e aplicação efetivas da Diretiva da UE relativa à violência contra as mulheres e a violência doméstica.	1.1 Acompanhar a aplicação nacional e publicar relatórios comparativos de progresso.	1.1 Referências aos contributos do LEM em debates políticos da UE ou nacionais.
	1.2 Defender definições de violação baseadas no consentimento em todos os Estados europeus.	1.1 e 1.2 Realizar campanhas coordenadas de influência dirigidas aos governos e parlamentos nacionais.	1.1 e 1.2 Materiais de incidência e resultados de campanhas do LEM.
	1.3 Garantir uma indemnização justa e o acesso à justiça às vítimas de violência masculina e discriminação.	1.3 Defender quadros mais sólidos de apoio às vítimas através da Estratégia da UE sobre os Direitos das Vítimas.	1.3 Propostas políticas da UE ou nacionais sobre quadros de indemnização das vítimas.
	1.4 Reforçar os serviços de apoio e os pontos de contacto para mulheres vítimas de violência.	1.4 Partilhar boas práticas e recomendações políticas em toda a rede do LEM.	1.4 Documentação de partilha de conhecimentos ou orientações produzidas pelo LEM.
	1.5 Defender o reconhecimento jurídico do femicídio como crime baseado no sexo.	1.5 Produzir investigação e recomendações políticas que destaquem o femicídio como crime baseado no sexo.	1.5 Referências ao femicídio em debates políticos da UE ou nacionais.
	1.6 Instar todos os Estados europeus a ratificar, voltar a aderir e aplicar plenamente a Convenção de Istambul.	1.6 Realizar campanhas coordenadas de influência dirigidas aos governos e parlamentos nacionais.	1.6 Materiais de incidência e resultados de campanhas do LEM.
	1.7 Prevenir a violência contra mulheres e raparigas durante exames médicos e nos cuidados relacionados com mulheres e raparigas alvo de MGF.	1.7 Defender normas vinculativas da UE e nacionais para os cuidados de saúde que exijam consentimento informado, cuidados informados pelo trauma, formação obrigatória de trabalhadoras/es sobre violência baseada no sexo e protocolos claros de salvaguarda para todas as mulheres e raparigas, incluindo as alvo de MGF.	1.7 Provas da adoção destas normas na legislação da UE ou nacional, em orientações clínicas ou em regulamentos dos sistemas de saúde que reflitam explicitamente as recomendações do LEM.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 2: Trabalhar por uma Europa assente na paridade entre mulheres e homens	2.1 Promover a paridade como princípio democrático e fundamento de uma tomada de decisão justa.	2.1 Promover requisitos de paridade nos sistemas eleitorais da UE e nacionais e incentivar metas de paridade nos órgãos de decisão da UE.	2.1 Documentos de orientação e notas informativas publicados, e referências em debates políticos da UE ou nacionais.
	2.2 Defender a paridade 50/50 na política, liderança e órgãos de decisão.	2.2 Prosseguir campanhas de influência dirigidas às instituições da UE e aos governos nacionais. Promover a educação para a igualdade entre mulheres e homens e a capacitação das raparigas.	2.2 Materiais de campanha, reuniões com decisoras/es de política e cobertura mediática.
	2.3 Apoiar medidas de paridade, como quotas, leis de paridade e processos de seleção transparentes.	2.3 Partilhar exemplos de boas práticas e modelos jurídicos com decisoras/es de política e organizações membros.	2.3 Documentos de orientação, notas de orientação e seminários com os membros.
	2.4 Promover o reconhecimento da paridade como princípio democrático juridicamente vinculativo nos quadros nacionais.	2.4 Participar no diálogo político com os governos nacionais e as instituições da UE.	2.4 Propostas legislativas, consultas políticas e registos de reuniões de lobbying.
	2.5 Assegurar que as mulheres participam em pé de igualdade na definição dos orçamentos, políticas e prioridades de financiamento da UE.	2.5 Defender metodologias de orçamentação sensível ao género no Quadro Financeiro Plurianual e nos programas de financiamento da UE, como os fundos de coesão.	2.5 Participação em consultas da UE, contributos políticos e referências em documentos políticos da UE.
	2.6 Reforçar a responsabilização através da monitorização e comunicação sobre a representação das mulheres na liderança.	2.6 Produzir relatórios de acompanhamento sobre a representação de mulheres nas instituições políticas e nos conselhos de administração das empresas após a aplicação da Diretiva relativa à presença de mulheres nos conselhos de administração.	2.6 Relatórios publicados, conjuntos de dados e eventos de divulgação.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 3: Assegurar uma Europa de economia feminista, quebrando o ciclo da pobreza feminizada	3.1 Eliminar as disparidades salariais, de pensões e de riqueza entre mulheres e homens.	3.1 Defender políticas de igualdade mais sólidas a nível da UE e nacional.	3.1 Propostas legislativas, referências políticas e publicações de incidência do LEM.
	3.2 Assegurar a aplicação efetiva da igualdade salarial.	3.2 Acompanhar a transposição e aplicação nacionais da Diretiva da UE relativa à transparência salarial.	3.2 Relatórios de acompanhamento e notas de orientação sobre a aplicação da igualdade salarial.
	3.3 Integrar a orçamentação sensível ao género nas políticas económicas e climáticas da UE.	3.3 Participar em consultas da UE sobre o orçamento e a política económica.	3.3 Contributos políticos para consultas da UE e referências em documentos políticos da UE.
	3.4 Promover um Pacto para os Cuidados na Europa.	3.4 Defender políticas inclusivas de proteção social a nível da UE.	3.4 Registos de reuniões de lobbying e propostas políticas sobre proteção social.
	3.5 Assegurar uma proteção social reforçada para as mulheres em trabalho precário e relacionada com os cuidados.	3.5 Defender um maior investimento nos serviços de cuidados ao abrigo da Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados e através do Fundo Social Europeu Mais (FSE+).	3.5 Materiais de campanha, notas de orientação e referências em debates políticos sobre serviços de cuidados.
	3.6 Aumentar o acesso das mulheres ao empreendedorismo, inovação, contratação pública e setores STEM.	3.6 Promover políticas de apoio às mulheres empreendedoras e inovadoras.	3.6 Recomendações políticas, participação em fóruns políticos e iniciativas de apoio às mulheres nas áreas STEM e no empreendedorismo.
	3.7 Contestar os impactos da digitalização e automatização nas mulheres e raparigas.	3.7 Defender medidas de igualdade entre mulheres e homens nas políticas digitais, laborais e de competências da UE, incluindo iniciativas ao abrigo da Agenda de Competências para a Europa e do Programa Europa Digital.	3.7 Contributos políticos, participação em consultas da UE e fóruns de partes interessadas, e referências à igualdade entre mulheres e homens nos debates sobre as políticas digitais e de competências da UE.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 4: Trabalhar por uma Europa onde a saúde das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos não sejam negociáveis	4.1 Assegurar que o aborto seja legal, gratuito, seguro e acessível em toda a Europa.	4.1 Defender os direitos reprodutivos nos debates políticos da UE e nacionais.	4.1 Contributos políticos, materiais de influência e referências em debates políticos sobre direitos reprodutivos.
	4.2 Garantir o acesso gratuito à contraceção e a uma educação abrangente em saúde sexual.	4.2 Promover normas políticas para o acesso à contraceção e a educação para a saúde sexual.	4.2 Recomendações políticas e participação em consultas sobre políticas de saúde.
	4.3 Promover uma abordagem à saúde das mulheres baseada no ciclo de vida.	4.3 Desenvolver recomendações políticas sobre a saúde das mulheres ao longo do ciclo de vida.	4.3 Relatórios publicados ou notas de orientação sobre a saúde das mulheres ao longo do ciclo de vida.
	4.4 Assegurar cuidados de saúde acessíveis às mulheres mais marginalizadas.	4.4 Defender políticas inclusivas de cuidados de saúde que respondam às necessidades dos grupos marginalizados.	4.4 Reuniões de lobbying, propostas políticas e referências a políticas inclusivas de cuidados de saúde.
	4.5 Defender o consentimento livre e informado em todas as decisões de saúde.	4.5 Promover garantias jurídicas e normas éticas para o consentimento informado nos cuidados de saúde.	4.5 Documentos de orientação e propostas legislativas sobre o consentimento informado nos cuidados de saúde.
	4.6 Trabalhar para eliminar todas as formas de exploração sexual.	4.6 Defender medidas jurídicas, políticas e preventivas abrangentes que criminalizem todas as formas de exploração sexual.	4.6 Adoção de legislação e políticas pertinentes, alargamento dos serviços às sobreviventes e provas de aplicação e execução.
	4.7 Eliminar práticas nocivas como a esterilização forçada, o casamento infantil e a mutilação genital feminina.	4.7 Defender leis mais rigorosas e uma aplicação mais eficaz contra práticas nocivas.	4.7 Legislação, propostas políticas ou relatórios de acompanhamento sobre práticas nocivas.
	4.8 Promover sistemas de saúde, investigação e dados sensíveis às diferenças entre os sexos.	4.8 Promover investigação em saúde, recolha de dados e conceção de políticas sensíveis às diferenças entre os sexos.	4.8 Publicações de investigação, notas de orientação e referências a dados e investigação em saúde sensíveis às diferenças entre os sexos.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 5: Defender a criação de espaços digitais seguros para as mulheres	5.1 Eliminar a violência em linha, pornografia, assédio e exploração contra mulheres e raparigas.	5.1 Colaborar com as instituições da UE e as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação do Regulamento dos Serviços Digitais para combater a violência em linha baseada no sexo.	5.1 Contributos políticos, reuniões de lobbying e referências nos debates sobre a política digital da UE.
	5.2 Responsabilizar as plataformas em linha pelo assédio, ciberviolência, discurso de ódio sexista e misógino e desinformação.	5.2 Colaborar com a Comissão Europeia e os coordenadores nacionais dos serviços digitais na aplicação do Regulamento dos Serviços Digitais, em particular nas avaliações dos riscos sistémicos relacionados com o assédio em linha baseado no sexo.	5.2 Documentação de consultas com instituições ou entidades reguladoras da UE e contributos políticos para os processos de regulamentação digital da UE.
	5.3 Combater o enviesamento algorítmico com base no sexo e a discriminação impulsionada pela IA.	5.3 Participar em consultas e debates sobre a aplicação do Regulamento da UE sobre Inteligência Artificial relativos à mitigação de enviesamentos e às avaliações de risco.	5.3 Participação em consultas da UE e notas de orientação sobre a governação da IA.
	5.4 Promover a participação das mulheres na governação da IA e digital.	5.4 Promover a representação das mulheres na governação digital da UE e nos fóruns de política de IA.	5.4 Representação em fóruns de política digital da UE e consultas às partes interessadas.
	5.5 Aumentar a participação das mulheres na liderança tecnológica e na inovação.	5.5 Defender iniciativas da UE de apoio às mulheres e raparigas nas áreas STEM e na inovação digital.	5.5 Recomendações políticas, participação em iniciativas da UE e resultados de incidência sobre as mulheres na tecnologia.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 6: Trabalhar por uma Europa que coloque as mulheres no centro da paz e da segurança	6.1 Assegurar 50% de representação das mulheres nas negociações de paz e segurança.	6.1 Defender a aplicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU nas políticas de paz e segurança da UE.	6.1 Contributos políticos, reuniões de incidência e referências nos debates sobre a política de paz e segurança da UE.
	6.2 Integrar os investimentos nas mulheres nos quadros de financiamento da UE.	6.2 Participar nos debates sobre o orçamento e a ação externa da UE associados ao Quadro Financeiro Plurianual da UE.	6.2 Contributos políticos e referências a metas de igualdade nos documentos da UE sobre o orçamento e a ação externa.
	6.3 Aumentar a transparência e a responsabilização quanto à participação das mulheres nos processos de paz.	6.3 Publicar relatórios de acompanhamento e painéis de avaliação sobre a participação das mulheres nos processos de paz.	6.3 Relatórios publicados, painéis de avaliação e divulgação através de eventos políticos e comunicações.
Objetivo 7: Reforçar o multilateralismo e as parcerias internacionais	7.1 Continuar a investir a nível internacional, em particular nas Nações Unidas e na ONU Mulheres, para assegurar que o multilateralismo continue a ser uma prioridade elevada, defendendo os direitos das mulheres e os mecanismos institucionais internacionais contra a reação adversa.	7.1 Defender os direitos das mulheres e instituições multilaterais fortes através de uma participação ativa nas Nações Unidas e na ONU Mulheres.	7.1 Registos de reuniões, declarações políticas, contribuições financeiras e relatórios sobre atividades internacionais de pressão e influência.

Objetivos internos

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 8: Construir um ecossistema mais articulado	8.1 Reforçar o papel estratégico do ExCo na comunicação e pressão e influência do LEM.	8.1 Estabelecer funções de comunicação estruturadas e visibilidade para o Comité Executivo na pressão e influência e nas mensagens.	8.1 Participação da liderança nos materiais de comunicação.
	8.2 Introduzir ferramentas de comunicação modernas e seguras para a colaboração interna e a comunicação externa.	8.2 Implementar plataformas de comunicação digital atualizadas e ferramentas de colaboração.	8.2 Aplicação de ferramentas digitais e registos da sua utilização em reuniões e na colaboração.
	8.3 Melhorar o retorno de informação e o diálogo entre a liderança e os membros.	8.3 Introduzir mecanismos regulares de consulta entre a liderança e os membros.	8.3 Contributos documentados dos membros.
	8.4 Mapear e integrar os conhecimentos especializados dos membros nos grupos de trabalho e no planeamento da pressão e influência do LEM.	8.4 Desenvolver e manter uma base de dados dos conhecimentos especializados dos membros para apoiar o trabalho político e de pressão e influência.	8.4 Mapeamento publicado dos conhecimentos especializados e recurso a especialistas dos membros em grupos de trabalho ou iniciativas políticas.
	8.5 Continuar a acompanhar a satisfação dos membros e a identificar áreas de melhoria.	8.5 Realizar inquéritos periódicos aos membros e avaliações do retorno de informação.	8.5 Resultados de inquéritos, relatórios de avaliação e ações documentadas adotadas em resposta ao retorno de informação.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 9: Explorar a renovação da governação e das estruturas internas	9.1 Explorar a viabilidade de uma governação simplificada e reforçar o ExCo com mais membros.	9.1 Rever a estrutura de governação; atualizar os estatutos; acompanhar a rapidez da tomada de decisões.	9.1 Registos das reuniões do ExCo; prazos de decisão; retorno aos/dos membros.
	9.2 Explorar a viabilidade de compensação dos membros do ExCo para profissionalizar funções e alargar a participação.	9.2 Comparar a compensação dos conselhos de administração de ONG; elaborar uma política de remuneração; envolver as partes interessadas.	9.2 Quadro de remuneração aprovado; taxas de participação nas atividades do ExCo.
	9.3 Estabelecer mecanismos claros de renovação dos grupos de trabalho.	9.3 Definir limites de mandatos, critérios de renovação e um processo de avaliação dos grupos de trabalho.	9.3 Procedimentos de renovação documentados; relatórios de avaliação dos grupos de trabalho.
	9.4 Dar prioridade ao bem-estar do pessoal e reduzir a rotatividade para preservar o conhecimento institucional.	9.4 Implementar iniciativas de bem-estar; realizar entrevistas de saída; efetuar inquéritos regulares ao pessoal.	9.4 Indicadores de rotatividade; resultados dos inquéritos de satisfação do pessoal; retenção de funções essenciais.
	9.5 Desenvolver um manual operacional interno.	9.5 Desenvolver um manual operacional interno.	9.5 Existência de um manual bem redigido e facilmente acessível para o público interno.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objectivo 10: **Integrar a diversidade e a interseccionalidade**	10.1 Promover a participação de pessoas com diferentes origens, percursos e experiências, valorizando a diversidade e reconhecendo a interseção das diferentes dimensões das suas identidades, com o apoio do Comité EDI/Bem-Estar.	10.1 Desenvolver ações de contacto direcionadas, incluindo uma estratégia de participação de jovens mulheres; acompanhar a participação. Conceber políticas interseccionais que respondam às necessidades dos grupos mais marginalizados. Estabelecer parcerias com comunidades e organizações diversas para assegurar a pertinência e a responsabilização.	10.1 Indicadores que permitam acompanhar a diversidade de perfis, percursos e experiências das pessoas participantes; relatórios do Comité EDI/Bem-Estar; registos de conclusão da formação; inquéritos de retorno de informação; mudanças observáveis nas práticas de liderança.
	10.2 Dar formação ao pessoal e ao ExCo sobre interseccionalidade, liderança feminista inclusiva e aplicação dos princípios da diversidade.	10.2 Ministrar formação ao pessoal e ao ExCo sobre interseccionalidade, liderança feminista inclusiva e princípios da diversidade.	10.2 Programas de formação, registos de presença, retorno das participantes e relatórios internos de formação.
	10.3 Integrar a diversidade e a interseccionalidade na governação, tomada de decisões e conceção de programas.	10.3 Aplicar critérios de diversidade e interseccionalidade nas revisões da governação, nos processos de tomada de decisões e nos modelos e avaliações de conceção de programas.	10.3 Documentos de governação revistos; avaliações de programas; auditorias à tomada de decisões que demonstrem a integração da diversidade.
	10.4 Definir diversidade e interseccionalidade, assegurando que todas as políticas abordam todos os grupos de mulheres.	10.4 Estabelecer um glossário formal de terminologia para o LEM.	10.4 Glossário oficialmente adotado e disponível internamente; provas de inquéritos ao pessoal e aos membros, formações ou avaliações que demonstrem conhecimento e compreensão das definições.

Objetivo de longo prazo	Objetivo estratégico	Métodos	Meios de verificação
Objetivo 11: Proporcionar um quadro financeiro mais sólido	11.1 Desenvolver uma estratégia financeira sólida e orientada para o futuro para assegurar a sustentabilidade da organização.	11.1 Realizar previsões financeiras; desenvolver uma estratégia plurianual.	11.1 Documento de estratégia financeira aprovado; consecução das metas de sustentabilidade.
	11.2 Continuar a aumentar a transparência financeira para reforçar a confiança dos membros e das partes interessadas.	11.2 Publicar relatórios financeiros regulares; implementar normas claras de comunicação; partilhar atualizações com os membros.	11.2 Relatórios publicados; retorno das partes interessadas sobre a transparência.
	11.3 Reforçar o financiamento através da diversificação das fontes de rendimento.	11.3 Identificar novas fontes de financiamento; procurar subvenções, parcerias e iniciativas de angariação de fundos.	11.3 Indicadores de diversificação das receitas; número de novas fontes de financiamento obtidas.



EUROPEAN WOMEN'S LOBBY
EUROPEEN DES FEMMES

Lobby Europeu das Mulheres
Rue Hydraulique 18
1210 Bruxelas - Bélgica
+32 22 17 90 20
EWL@womenlobby.org
www.womenlobby.org

PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
Centro Maria Alzira Lemos | Casa das Associações
Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, Monsanto
1300-054 Lisboa, Portugal
+351 213 626 049; +351 967 803 233
plataforma@plataformamulheres.org.pt
https://plataformamulheres.org.pt

